

**Agenda Econômica**[Pesquisa mensal de serviços de janeiro - IBGE](#)[Sondagem da Indústria de março - FGV](#)[Indicador de incerteza da economia em março - FGV](#)ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS DO NORDESTE**ETENE****Análise e Perspectivas****Cresce a dependência de recursos federais nos Estados do Nordeste**

*“As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União”.*

Conforme comentado no Diário Econômico de ontem, os quadros financeiro e fiscal das unidades federativas brasileiras requer atenção por parte dos formuladores de políticas públicas no País. O BNB/ETENE analisa regularmente a situação das finanças públicas do Nordeste e seus estados.

Um parâmetro relevante para se mensurar as finanças públicas diz respeito ao Índice de Dependência Financeira (IDF). Referido indicador mostra a capacidade de uma unidade federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos.

O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL). As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para estados e municípios.

A Receita Corrente Líquida corresponde à arrecadação própria obtida pela própria unidade federativa. Quanto mais próximo de zero, maior será a dependência da unidade federativa em relação às Transferências Federais. Inversamente, quanto mais distante de zero, menor será a dependência da unidade federativa em relação às Transferências Federais.

O IDF reduziu-se no Brasil quando se compara o ano de 2015 com o exercício de 2016, último dado disponível, significando aumento da dependência do conjunto das unidades federativas em relação às Transferências da União (Tabelas 1 e 2).

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), enquanto a receita total no País aumentou nominalmente 5,4% no período em análise, o FPE incrementou 14,4%, o FPM 16,8% e as transferências discricionárias 44,5%. Em consequência, ocorreu um incremento da dependência dos recursos federais. As Tabelas 1 e 2 apresentam os valores absolutos das Receitas e Transferências da União em 2015 e em 2016.

O IDF reduziu-se em todas as regiões no período analisado (Tabelas 1 e 2). Atualmente, o Sudeste conta com o indicador mais elevado (0,85), sendo portanto a região com o menor grau de dependência das Transferências Discricionárias. A arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 85% da receita obtida por essa Região em 2016.

Por outro lado, em 2016, o Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das Transferências Federais, tendo o IDF alcançado 0,38. Em outros termos, a arrecadação auferida no próprio Nordeste significou apenas 38% da receita realizada por essa Região no ano em referência.

É importante salientar que, tendo em vista o atual quadro recessivo, o IDF do Nordeste caiu de 0,42 em 2015 para 0,38 em 2016, implicando um aumento considerável da dependência da Região em relação às Transferências Federais, que passaram a representar 62% da receita do Nordeste.

Enquanto a receita total do Nordeste aumentou nominalmente 9,4% no período em análise, o FPE incrementou 13,5%, o FPM 16,7% e as Transferências Discricionárias 44,0%. Em consequência, ocorreu o incremento da dependência dos recursos federais por parte dessa Região. As Tabelas 1 e 2 apresentam os valores absolutos das receitas além das Transferências Discricionárias.

O IDF reduziu-se em todos os Estados do Nordeste, com exceção de Alagoas, no período em análise. O IDF mais elevado no Nordeste continua sendo o de Pernambuco (0,51), seguido por Bahia (0,44), e Ceará (0,40), que são as únicas unidades federativas com indicador acima da média do Nordeste (0,38), porém com números distantes em relação à média nacional (0,70).

Por sua vez, o Rio Grande do Norte (0,36), Sergipe (0,36), Alagoas (0,27), Maranhão (0,25), Paraíba (0,24) e Piauí (0,24) possuem indicadores abaixo da média do Nordeste (0,38) e significativamente inferiores em comparação com a média nacional (0,70).

A dependência dos estados do Nordeste, das Transferências Federais, é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária.

As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados da STN.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do BNB/ETENE.

## Análise e Perspectivas

### Cresce a dependência de recursos federais nos Estados do Nordeste

Tabela 1 - Receita Corrente Líquida (RCL), Transferências Discricionárias (TD) e Índice de Dependência Financeira (IDF) - Valores correntes em R\$ Milhões - Em 2015

Estados/Regiões	2015				
	RCL	FPE	FPM	TD	IDF
Alagoas	6.312	2.542	1.628	613	0,24
Bahia	27.208	5.742	6.367	1.353	0,51
Ceará	15.176	4.483	3.392	1.092	0,41
Maranhão	10.704	4.411	2.838	625	0,26
Paraíba	7.973	2.926	2.209	574	0,28
Pernambuco	19.648	4.216	3.361	752	0,58
Piauí	6.600	2.641	1.813	480	0,25
Rio Grande do Norte	7.997	2.553	1.692	498	0,41
Sergipe	6.353	2.539	1.020	210	0,41
<b>Nordeste</b>	<b>107.972</b>	<b>32.053</b>	<b>24.319</b>	<b>6.196</b>	<b>0,42</b>
Norte	50.568	15.504	6.018	1.890	0,54
Sudeste	255.218	5.183	21.265	5.344	0,88
Sul	81.357	3.983	11.912	2.244	0,78
Centro-Oeste	55.587	4.383	4.885	1.387	0,81
<b>Brasil</b>	<b>550.701</b>	<b>61.106</b>	<b>68.399</b>	<b>17.060</b>	<b>0,73</b>

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde à arrecadação obtida pela própria unidade federativa. As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD).

Tabela 2 - Receita Corrente Líquida (RCL), Transferências Discricionárias (TD) e Índice de Dependência Financeira (IDF) - Valores correntes em R\$ Milhões - Em 2016

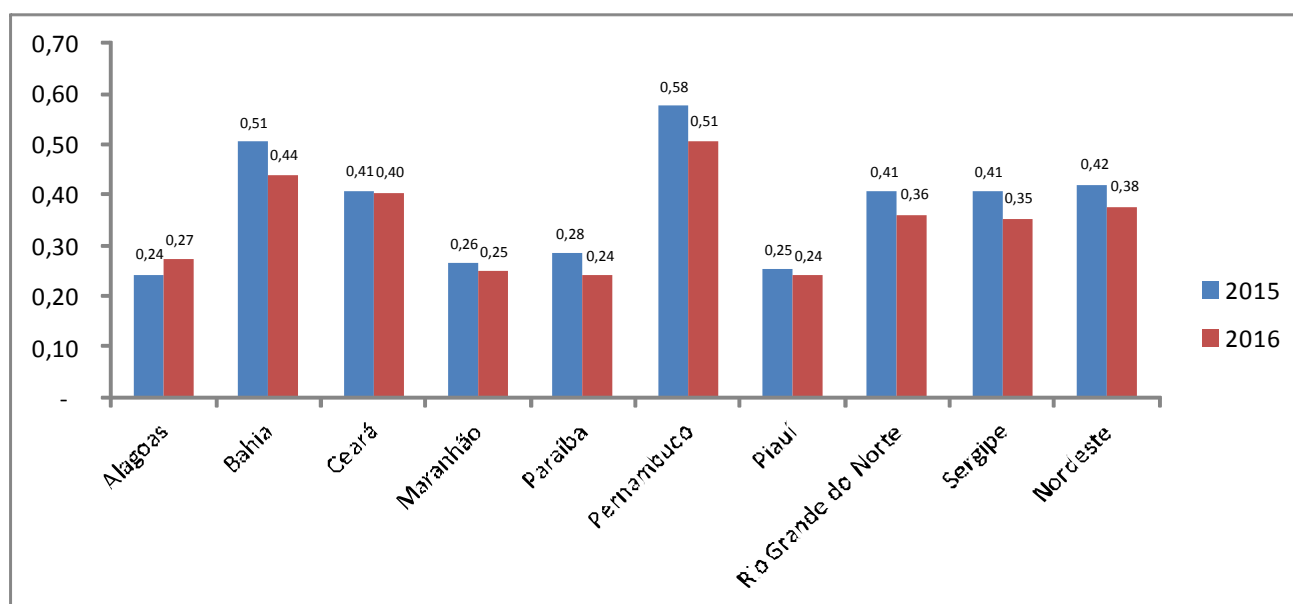
Estados/Regiões	2016				
	RCL	FPE	FPM	TD	IDF
Alagoas	7.646	2.945	1.903	707	0,27
Bahia	28.714	6.486	7.439	2.165	0,44
Ceará	17.832	5.076	3.964	1.589	0,40
Maranhão	12.435	5.029	3.316	1.011	0,25
Paraíba	8.846	3.322	2.582	804	0,24
Pernambuco	19.648	4.730	3.927	1.048	0,51
Piauí	7.579	3.018	2.119	623	0,24
Rio Grande do Norte	8.606	2.923	1.977	604	0,36
Sergipe	6.787	2.860	1.162	372	0,35
<b>Nordeste</b>	<b>118.093</b>	<b>36.389</b>	<b>28.390</b>	<b>8.923</b>	<b>0,38</b>
Norte	55.809	17.942	7.005	2.552	0,51
Sudeste	257.284	6.085	24.892	7.418	0,85
Sul	89.279	4.468	13.916	3.131	0,76
Centro-Oeste	59.732	5.027	5.708	2.634	0,78
<b>Brasil</b>	<b>580.197</b>	<b>69.911</b>	<b>79.911</b>	<b>24.659</b>	<b>0,70</b>

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde à arrecadação obtida pela própria unidade federativa. As Transferências da União são representadas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD).

## Análise e Perspectivas

### Cresce a dependência de recursos federais nos Estados do Nordeste

Gráfico 1 – Índice de Independência Financeira - Nordeste e Estados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Allisson David de Oliveira Martins, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biágio de Oliveira Mendes Junior, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wendell Márcio Carneiro Araújo. Projeto Gráfico: Ronildo Sampaio Cardoso. Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiária: Francisca Crisia Diniz Alves. Jovem Aprendiz: Anderson Acioly da Silva.

**Aviso Legal:** O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.